

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões deliberativas presenciais para os dias 29/11, 30/11 e 1/12.

PLENÁRIO

Aconteceu, no dia 28/11, a Sessão Solene em homenagem a Dom Tomás Balduino, in memoriam, proposta pelo Deputado Vicentinho (PT/SP). Nesse ano Dom Tomás Balduino celebraria o centenário de seu nascimento e, com esta motivação, um conjunto de entidades eclesiais e de movimentos sociais populares está promovendo o Ano de Nascimento de Dom Tomás Balduino (2022/2023).

Pauta do Plenário

Constam várias medidas provisórias e projetos de lei para serem votados essa semana. Dentre eles destacamos: a Medida Provisória nº 1.133/2022, que dispõe sobre as Indústrias Nucleares do Brasil S. A. e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares. Permite a atuação da iniciativa privada na pesquisa e lavra de minérios nucleares. Há resistência a essa MP por permitir à iniciativa privada o acesso às minas de urânio em nosso País.

Também, o Projeto de Lei nº 1.202-C/2007, do Deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de lobby e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. As entidades da sociedade civil estão divulgando uma carta aberta onde afirmam que da forma como está, o substitutivo limita severamente o direito democrático de participação e manifestação da sociedade civil, o que contraria não só a Constituição Federal, como tratados internacionais

dos quais o Brasil é signatário.

E o Projeto de Lei nº 781/2020 (Senado Federal), que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Com dados alarmantes sobre violência de gênero desde o início da pandemia, as Delegacias Especializadas são de grande importância para a sociedade.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

O Projeto de Lei nº 6.079/2019, de autoria do Deputado Camilo Capiberibe, "cria a Política Nacional de Incentivo ao Agroextrativismo Familiar na Amazônia e Fundo Nacional para apoiar essa política pública". Trata-se de proposição importante, e mesmo estratégica por sinalizar um caminho para a exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia com o protagonismo de extrativistas familiares.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE O CÓDIGO DE MINERAÇÃO (DECRETO-LEI Nº 22.767/2022)

No dia 30/11, haverá reunião do Grupo de Trabalho para apresentação do Relatório do Deputado Joaquim Passarinho (PL/PA). Ainda não foi divulgado o relatório, mas poderá ser apresentado um Projeto de Lei que altera na íntegra o Código de Mineração que será discutido no próximo ano, em 2023.

■ SENADO FEDERAL

Plenário – Haverá Sessão de Debates Temáticos.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Pacote do Veneno. O Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, incluiu na pauta o Projeto de Lei nº 1.459/2022, que dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e das embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental. A sociedade civil contrária ao projeto está organizando mobilizações para sensibilizar o senado para adiar a votação.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: ruralistas aprovam projetos que ampliam desmatamento

Ruralistas aprovaram, no dia 23/11, na sessão da Comissão de Meio Ambiente (CMADS) da Câmara, três projetos que, se convertidos em lei, vão ampliar o desmatamento e colocar em risco nascentes e mananciais de água, segundo especialistas e ambientalistas. Uma das propostas aprovadas é o PL nº 364/2019, que legaliza desmatamentos antigos e permite novas derrubadas em vegetações campestres de todo o país. O PL nº 2.168/2021 dá caráter de “utilidade pública e interesse social” às obras e desmatamentos destinados à construção de reservatórios para irrigação e abastecimento do gado em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

de cursos de água. Por último, foi aprovado o PL nº 195/2021, de autoria de Lúcio Mosquini (MDB/RO), que altera o Código Florestal, amplia a quantidade de madeira que pode ser extraída da Reserva Legal (RL) de pequenas propriedades rurais e dispensa a fiscalização do transporte dessa quantidade máxima de matéria-prima entre as propriedades de “parentes de primeiro grau”.

Comissão aprova projeto de lei que beneficia os povos indígenas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) aprovou, no dia 23/11, o Projeto de Lei nº 5.467/19, que reverte em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental cometidas em terras indígenas. De autoria da Deputada Federal Joênia Wapichana (Rede/RR), o texto altera a Lei dos Crimes Ambientais e o Estatuto do Índio.

Deputado apresenta projeto para perdoar participantes e financiadores de atos golpistas

O Deputado Federal Major Vitor Hugo (PL/GO) apresentou um projeto de lei que propõe o perdão a manifestantes, caminhoneiros, empresários e todos os que tenham participado de “manifestações” nas rodovias, em frente a unidades militares ou em qualquer lugar do território nacional, a partir de 30 de outubro deste ano. O período estipulado compreenderia o momento em que atos antidemocráticos se espalharam por todo o País, para contestar o sistema eleitoral, em apoio ao

atual Presidente. Também ficariam anuladas as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral ou Justiça Estadual às pessoas físicas e jurídicas envolvidas, além das restrições de “direitos de quaisquer naturezas ou finalidades”. Este mesmo deputado foi o que pressionou no ano passado para ser aprovado seu projeto de lei que prevê a criminalização dos movimentos populares.

Em carta aberta, lideranças indígenas do vale do javari denunciam ameaças e pedem socorro

A Carta da Associação dos Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), datada do dia 17 de novembro, relata a continuidade das ameaças investidas contra a vida das pessoas por parte de invasores que saqueiam o território indígena. A carta é mais uma registrada na Polícia Federal e apresentada a órgãos governamentais responsáveis pela proteção ambiental, territorial e da vida dos povos indígenas da região.